

Comissão Especial de Vereadores da Câmara Municipal de Santos acompanha a política pesqueira no Município (CEV da Pesca)

A fim de atender ao desejo da coletividade que se utiliza dos recursos da atividade pesqueira, a Comissão Especial de Vereadores da Câmara Municipal de Santos que acompanha a política pesqueira de Santos (CEV da Pesca) solicitou a um grupo aberto de representantes do setor pesqueiro (empresários, pescadores e pesquisadores) que preparasse um documento para embasar a decisão do Governo Federal, no sentido de dar uma utilização racional para a área do Entreposto de Pesca de Santos.

Esse grupo, cujos integrantes subscrevem o presente documento (a partir de debates nos dias 20 e 25 de agosto e 2 e 9 de setembro, no auditório do Instituto de Pesca do Estado de São Paulo, em Santos, e na Câmara de Vereadores de Santos), entendeu como fundamental que o equipamento volte a adotar integralmente o caráter de entreposto como uma central logística ativa da pesca e de seus produtos derivados, integrando as diversas atividades a ela relacionadas.

Breve histórico do Entreposto de Pesca de Santos

O Entreposto de Pesca de Santos, situado à Avenida Rei Alberto, 450, bairro da Ponta da Praia, em Santos, ocupa uma área de mais de 22 mil m² junto à estação das balsas que ligam Santos a Guarujá. O imóvel foi adquirido de particulares pelo Governo do Estado de São Paulo em 1953, inicialmente para a instalação do Instituto de Zootecnia e, posteriormente, para a Divisão de Caça e Pesca da Secretaria Estadual de Agricultura. Em 1966, foi repassado por convênio para o CEASA, sendo que, naquele mesmo ano, ocorreu a transferência do Entreposto à empresa federal CIBRAZEM. Uma das cláusulas desse contrato, que vedava a utilização da área para outra finalidade que não a original, possibilitaria que o mesmo retornasse ao Estado de São Paulo. No entanto, a CIBRAZEM foi extinta em 1990 e coube à CONAB, empresa federal vinculada ao Ministério da Agricultura, a responsabilidade pelo Entreposto. A CONAB optou por realizar licitação para o repasse da atividade à iniciativa privada, procedimento que foi enfim realizado, conquanto com uma série de itens discutíveis, que não importa agora analisar, mas que culminaram com a participação de apenas um licitante.

Assim, como resultado daquela licitação, a empresa privada Terminal Pesqueiro de Santos (TPS) locou a área, expressamente para dar continuidade às operações de desembarque e armazenamento de pescado, ou seja, recepção, lavagem, seleção e distribuição de pescado, assim como a produção, armazenagem e fornecimento de gelo. A capacidade estática do entreposto era então de 800 toneladas de descarga por dia, sendo capaz de produzir 50 t/dia de gelo. O entreposto atendia a um expressivo número de usuários, contando com várias câmaras frigoríficas, salão de venda de pescado, além de espaços destinados a escritórios de vendas das empresas e de pequenos depósitos de armazenamento de equipamentos de pesca, sendo, à época, ponto de referência nacional para o comércio de pescado e para a pesquisa científica na área, já que o local também abrigava centros de informações meteorológicas e de dados estatísticos sobre a pesca, este mantido pelo Instituto de Pesca em cooperação com o setor produtivo.

A empresa locatária, com o aval da direção da CONAB à época e, em prejuízo da atividade pesqueira, destinou novos usos à área, chegando a implantar no local uma feira de frutas e legumes, além de um pátio para a exportação de veículos. Essas novas atividades, que foram sendo implantadas a partir do ano de 1990, levaram a questionamentos judiciais no que concerne ao desvio de finalidade do arrendamento, por parte do Ministério Público Federal.

Esse desvio de finalidade provocou imensos prejuízos ao setor como um todo, já bastante atingido pela redução dos estoques pesqueiros, no início da década de 1990, levando aos poucos e continuamente à descentralização dos desembarques para outros municípios, o que acabou por privar a cidade de Santos de um centro de comercialização de pescado e levar pescadores de pequena escala à clandestinidade, dificultando tanto o acompanhamento do controle da produção, da qualidade sanitária do pescado como um todo, como também a arrecadação de ICMS.

Em 2001, uma nova tentativa de desvio de finalidade do equipamento, com a implantação de um centro atacadista na maior parte da área, levou à demolição quase total do edifício do Entreposto. Essa tentativa, com a colaboração da sociedade organizada, foi repelida pelo Ministério Público Federal, que, travando uma verdadeira batalha judicial com a empresa arrendatária, obteve liminar impedindo a instalação do centro atacadista.

Em junho de 2003, a nova direção da CONAB obteve a reintegração de posse do Entreposto, e para impedir quaisquer prejuízos ao

desembarque de pescado, celebrou um contrato emergencial com a empresa STO Equipamentos, que administra o Entrepasto de Cananéia, para a administração do equipamento santista, pelo prazo de seis meses.

Em face da má gestão, apenas 4,5 mil m² de área são hoje destinados à atividade pesqueira, tendo sido desativada a maior parte do imóvel por conta da falta de investimentos e mesmo da demolição de edificações e depredação dos equipamentos. Ainda assim, a parcela utilizada serve de apoio a embarcações da região e de outros estados.

A importância do Entrepasto Federal de Pesca de Santos Segundo divulgação recente, pelo Governo Federal, deverão existir três entrepostos de pesca federais nas regiões Sudeste e Sul. Assim, pelas condições estratégicas excepcionais, um deles provavelmente será o Entrepasto de Santos, dada a sua posição geográfica e importância comercial.

Desta forma, apresentam-se abaixo dados referentes ao período de locação do equipamento pela empresa TPS, em que se evidencia o desperdício desse potencial.

O volume desembarcado no Entrepasto Federal de Pesca de Santos entre 1998 e 2002 respondeu, em média, por 39% do total desembarcado no período em todo Estado de São Paulo (Fonte: Instituto de Pesca do Estado de São Paulo). Nesse período, a participação relativa da produção pesqueira desembarcada no Entrepasto decresceu de 48,1% em 1998 para 25,2% em 2001. Uma queda ano após ano, e acentuada entre 2000 e 2001, quando o número de desembarques passou de 1.110 para 574, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

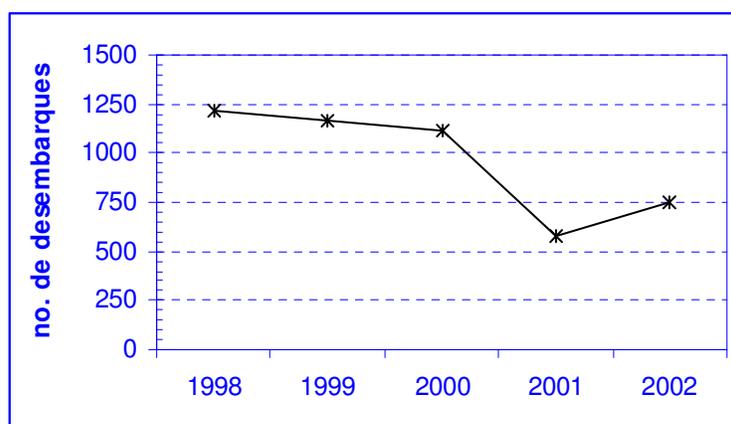


Gráfico 1 - Evolução do número de desembarques pesqueiros realizados no Entrepasto Federal de Pesca de Santos-SP entre 1998 e 2002 (Fonte: Instituto de Pesca do Estado de São Paulo)

A tabela a seguir apresenta essa evolução segundo as principais artes de pesca. À exceção da pesca de cerco, voltada basicamente à sardinha, recurso que se recuperou regionalmente em 2002, as demais frotas apresentaram marcada redução no número de desembarques.

Tabela 1 - Evolução do número de desembarques realizados no Entrepasto Federal de Pesca de Santos pelas principais artes de pesca (Fonte: Instituto de Pesca do Estado de São Paulo)

Ano		1998	1999	2000	2001	2002	TOTAL
Arte de Pesca	arrasto médio	155	173	176	115	50	669
	cerco	552	477	494	136	446	2.105
	emalhe	131	142	153	146	115	687
	espinhel-de-fundo	79	68	45	8	2	202
	espinhel-de-superfície	173	150	116	87	78	604
	parelha	118	137	120	74	46	495
	Total Geral	1.213	1.161	1.110	574	746	4.804

Já a frota de pesca oceânica ainda utiliza, em sua maioria, o cais do Entrepasto. O gráfico a seguir destaca o número de unidades dessa frota, desde o início da década de 1970.

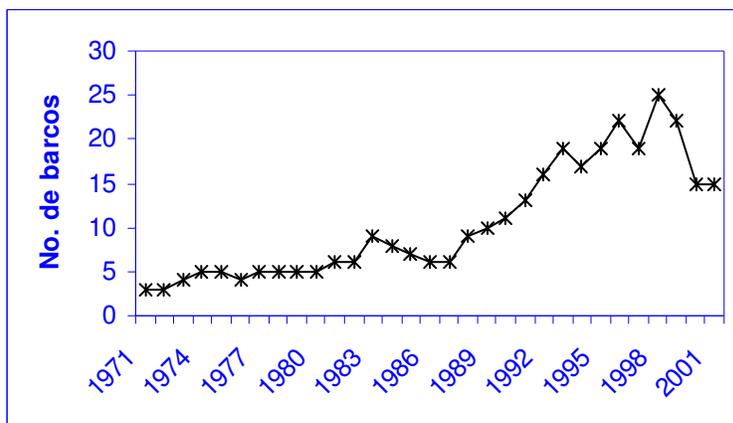


Gráfico 2 - Quantificação da frota atuneira sediada no Entrepasto Federal de Pesca de Santos-SP (Fonte: Instituto de Pesca do Estado de São Paulo)

Por outro lado, é importante destacar que a pesca propriamente dita tem um efeito multiplicador de empregos muito grande, quando se considera os vários segmentos da cadeia produtiva além dos próprios pescadores (manipuladores, descarregadores, empregados na fabricação

de gelo e apetrechos de pesca, na comercialização de víveres, peixeiros, feirantes, armazenadores, manutenção de barcos etc.).

Ressalte-se que o Entrepasto Federal de Pesca situa-se na entrada do canal do estuário de Santos, possui excelentes condições de acesso para as embarcações e é o principal porto de atracação da pesca oceânica na região. Outra vantagem é sua localização estratégica e privilegiada, pois a Região Metropolitana da Baixada Santista é economicamente importante, com população de 1.500.000 habitantes (Censo Demográfico IBGE, 2000), possuindo um pólo industrial, o maior porto da América Latina e uma bem estruturada rede de serviços, contando inclusive com diversas instituições de ensino superior, que oferecem cursos de graduação correlatos à pesca (Oceanografia, Biologia, Medicina Veterinária e Engenharia de Alimentos), e com o Centro APTA (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios) do Pescado Marinho, unidade pertencente ao Instituto de Pesca de São Paulo, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento), centro estadual de pesquisa pesqueira, instituições que poderão auxiliar na capacitação da mão-de-obra necessária para a atividade.

Aponta-se também como vantagem da localização do equipamento, a sua localização próxima dos mercados com maior potencial de consumo de pescado (a Região Metropolitana de São Paulo e interior do Estado), junto ao maior canal de exportação marítima e próximo aos maiores aeroportos do país, condições ideais para a logística de transferência de produtos.

Além das justificativas já apontadas, deve ser considerado o impedimento físico da entrada de embarcações pesqueiras maiores de 25 m nos rios do Meio e Santo Amaro, no município de Guarujá. Nesses locais, cuja importância como pontos de desembarque originou-se da má administração do Entrepasto, encontram-se instalados pequenos trapiches de empresas, com reduzida condição de atracação de grandes unidades pesqueiras na região. Essas empresas, em sua maioria, antes de 1989, utilizavam-se da estrutura do Entrepasto Federal de Pesca de Santos.

Por sua vez, o Entrepasto Federal de Pesca possui as condições para receber as embarcações de maior dimensão, sendo que, em alguns casos, se faz necessária a realização de dragagem devido ao assoreamento promovido pela utilização de parte da área para depósito de embarcações de uma empresa falida até há poucos meses.

Dessa maneira, por todas as razões acima citadas, fica claro que a região possui todas as condições exigidas para que a atividade pesqueira tenha sucesso, e para isso é fundamental a dinamização do Entrepasto Federal de Pesca de Santos.

Da proposta de gestão

O Grupo de Trabalho discutiu algumas opções de gestão para o Entrepasto, concluindo pela necessidade da implantação de gestão colegiada, incluindo representantes dos trabalhadores, dos usuários e dos governos federal, estadual e municipal, além das organizações não governamentais que atuam na área de pesca. O grupo destacou ainda a importância de, em todo o processo decisório, ser mantida a participação da sociedade civil, de forma a garantir a mais completa transparência e evitar os equívocos cometidos no passado, que tanto prejuízo causaram à comunidade e à atividade pesqueira.

Assim, das propostas discutidas sobre a forma de gestão do Entrepasto, com base nessas premissas, sugeriu-se, como uma das alternativas, a constituição de uma entidade com finalidade específica e sem fins lucrativos (uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), nos termos da Lei Federal no 9.790/99, regulamentada pelo Decreto no 3.100/99, tendo em vista a possibilidade de adequação da entidade às finalidades previstas nos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX do Artigo 3º dessa Lei, cuja prestação de contas ocorreria através de auditoria externa, ficando clara, no entanto, a necessidade de o Entrepasto permanecer um equipamento federal e seu imóvel continuar parte do patrimônio da União, e também a necessidade de a entidade a ser criada submeter-se às diretrizes, políticas e econômicas, de pesca emanadas do Governo Federal.

Considerou-se, também, a importância de haver aporte de recursos públicos ou privados para a recomposição, modernização e ampliação dos equipamentos e edificações destruídos pela concessionária anterior, assim como, da manutenção periódica do patrimônio e de axas de retorno para novos investimentos.

Programa físico e estratégico para o Entrepasto

Em função das diversas atividades necessárias para que o Entrepasto atenda adequadamente ao setor pesqueiro, o grupo de trabalho propôs que, como condição para a futura administração do equipamento, sejam promovidas e/ou asseguradas as seguintes ações:

- adequar as condições para o desembarque de pescados distintos, com fins de agilização de escoamento, incluindo a destinação de espaço para

uso das pequenas embarcações (de até 10 t), com vistas a permitir que usufruam da infra-estrutura de desembarque e comercialização;

- garantir preços mínimos na operacionalização dos desembarques, diferenciando as embarcações conforme suas características físicas e tecnológicas;

- ampliar e adequar as áreas de atracação, visando atender à demanda atual e à prevista (avaliar o estaqueamento existente no cais demolido), bem como, efetuar dragagem localizada para facilitar a atracação de embarcações de maior porte, com futura instalação de cobertura sobre o cais;

- criar área de abastecimento para as embarcações (combustível, rancho, água, gelo etc.);

- garantir o fornecimento de água potável;

- criar área de descanso e de pequenos reparos nas embarcações (com pontos de luz);

- implantar fábrica de gelo tanto para a produção desembarcada como para o abastecimento das embarcações (100 t/dia);

- instalar sistemas específicos de transporte, lavagem, classificação, inspeção e pesagem dos pescados oriundos de cada uma das modalidades de pesca (arrasto, pesca oceânica, traineira);

- implantar área de recepção de pescado;

- implantar área para beneficiamento de pescado de grande porte;

- criar área para recebimento e comercialização de pescado no atacado (galpão com painel de anotações das cotações de preço dos pescados na praça);

- criar áreas destinadas a estacionamentos de veículos (inclusive caminhões) associados às atividades pesqueiras;

- instalar equipamento de higienização (linhas de processamento, "lavador" de caixas plásticas para acondicionamento de pescado e para o interior do baú dos caminhões);

- ampliar o suporte à atividade de obtenção de dados estatísticos sobre a produção pesqueira, necessária à sua quantificação e qualificação, visando a gerar subsídios à administração do Entrepasto e ao manejo racional dos recursos pesqueiros;

- instalar um serviço de cadastramento do setor pesqueiro;

- ampliar o suporte para atividades de controle sanitário (Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle - APPCC), garantindo a qualidade do produto desembarcado e permitindo ampliar seu valor de mercado;

- ampliar o suporte para atividades de fiscalização (com instalação de escritórios do IBAMA e Polícia Ambiental), de modo a difundir a legislação vigente e a permitir um controle participativo e transparente;

- destinar área para a instalação de representação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca;

- criar local de coleta de óleo lubrificante descartado pelas embarcações;

- criar local de fornecimento de óleo combustível e de derivados;
- instalar um posto bancário;
- instalar equipamento de segurança;
- instalar sistema emergencial de energia (gerador);
- instalar câmaras modulares de resfriamento (0o C) e frigorífica (-25o C) de 500 toneladas;
- instalar túnel de congelamento (investimento a ser avaliado para implantação futura);
- instalar sanitários públicos;
- instalar sanitários e vestiários para tripulantes e funcionários (conforme demanda: sugestão inicial para 200 pessoas);
- construir salas de aula e alojamento para o treinamento de pescadores (em torno de 50 pessoas);
- instalar restaurante ou refeitório popular (destinado ao trabalhador);
- instalar equipamentos com fins turísticos associados à atividade pesqueira (restaurante, mirante etc.);
- prever espaço para a locação e armazenagem de material para desembarque (tabuleiros);
- instalar áreas de armazenagem de equipamento de pesca artesanal;
- implantar um local para recebimento de lixo das embarcações, incluindo coleta seletiva e sistema de destinação e tratamento de resíduos (líquidos e sólidos);
- instalar uma estação-rádio.

Espera-se ainda que seja considerada, pelo Poder Público, a oportunidade de utilizar parte do espaço do Entreposto Federal de Pesca para a criação de um serviço de capacitação profissional (que inclua desde a alfabetização até o treinamento específico) e, também, para a instalação de um serviço de atendimento ambulatorial e de orientação médico-odontológica para os pescadores, com atenção também para a medicina ocupacional.

Santos, 12 de setembro de 2003
vereadora Cassandra Maroni Nunes
Presidenta da CEV da Pesca

vereador Ademir Pestana
vice Presidente

vereador Fábio Alexandre Nunes
3º. Membro

Observação: como parte do grupo de trabalho, também subscrevem o presente documento mais 48 assinaturas. Pelo Instituto de Pesca, participaram da elaboração do referido documento os pesquisadores científicos: Acácio Ribeiro Gomes Tomás, Alberto Ferreira de Amorim, Antônio Olinto Ávila da Silva, Carlos Alberto Arfelli, Lúcio Fagundes e Marcus Henrique Carneiro; e a estagiária bióloga Cláudia Moreira Dardaque Mucinhato.